



HISTÓRIA E LITERATURA: ENTRE NARRATIVAS LITERÁRIAS E HISTÓRICAS, UMA ANÁLISE ATRAVÉS DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

Gabriela de Lima Grecco¹

Resumo

Este artigo busca clarear o conceito de *representação*, conforme as teorias da História Cultural, e analisar a aproximação entre História e Literatura, bem como a utilização da literatura como fonte documental para a historiografia. No campo da história, os nomes destacados, como os de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, remetem às inovações metodológicas e epistemológicas da segunda metade do século XX, baseadas em perspectivas sócio-culturais. A partir dessas novas perspectivas e partindo de novos conceitos, foi possível historicizar a obra literária e assumi-la de vez como uma evidência histórica. Assim, se pretende conduzir um estudo que identifica que tanto o texto histórico como o literário compartilham um projeto similar de apreender as realidades humanas.

Palavras-Chave: História Cultural; Literatura; Representação

História Cultural: conceito de representação

Desde a segunda metade do século XIX, quando a História tornou-se disciplina acadêmica, o emprego da palavra *fonte* estava fundamentado na ideia de que os documentos utilizados pelo historiador deveriam ser *oficiais* (como atas públicas, relatórios, correspondência diplomática, decretos, entre outros). Este ponto de inflexão na disciplina da História deu-se com a refutação do historiador alemão Leopoldo Von Ranke² ao determinar o famoso *wie es eigentlich*, ou seja, o retratado dos fatos como eles ocorreram. Dentro desta perspectiva, os textos literários, bem como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para comprovar a verdade histórica (FERREIRA, 2009, p. 63). Atribuía-se, assim, à disciplina da história como ciência, e a literatura como ficção. Esta última deveria estar vinculada com o imaginário e o verossímil, enquanto aquela

¹ Doutoranda do Departamento de História Contemporânea da Universidad Autónoma de Madrid. Orientador Juan Luis Pan-Montojo González. Contato: gabriela.lima@uam.es.

² Ranke, historiador ligado ao historicismo, corrente historiográfica hegemônica entre o final do século XIX e o início do XX, defendia o ideal da objetividade na escrita da História. Dizia que a *História deve contar como as coisas realmente aconteceram*, como se fosse possível eliminar todos os componentes de subjetividade do fazer História, desconsiderando que o historiador também é homem do seu tempo. A chamada História rankeana era eminentemente política, narrativa e baseada em fontes oficiais.

com o concreto e o real, ou seja, com um passado reconstruído perfeitamente e de forma fidedigna, sem espaço para a imaginação ou a subjetividade do historiador.

Surge, porém, na França, na década de 1920, um movimento de renovação historiográfica, liderado pelos professores da Universidade de Estrasburgo, Marc Bloch e Lucien Febvre, que pretendeu ampliar o repertório das fontes históricas. A revista que fundam, *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929, caracterizou-se pela crítica à historiografia tradicional e, por conseguinte, ao domínio da historiografia político-factual. Dessa maneira, Bloch e Febvre investiram seus esforços no sentido de construir uma história que fosse mais ampla, a qual incluiria todas as atividades humanas, atingindo outras áreas como a Literatura, a Linguística, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia. Tal procedimento significou um impulso importante à interdisciplinaridade na disciplina da História. Assim, a criação da revista *Annales*, em 1929, foi um marco no que se refere à busca para se ampliar os horizontes da historiografia.

Frente a esse contexto, a História se colocou sob uma nova estratégia: abrir espaço a novos objetos e territórios de pesquisa propostos nas ciências humanas. Assim, durante as décadas de 1960 a 1980, as novas gerações de historiadores ampliaram o leque relativo aos problemas, aos objetos e às abordagens da disciplina, influenciados pela ascensão dos estudos culturais. Novas temáticas surgiram, como os estudos de crenças, rituais, memória, sensibilidades, lutas simbólicas, entre outros, os quais convergiram no retorno da proposta inicial dos *Annales*.

Desta forma, destacam-se os movimentos historiográficos conhecidos como a *Nova História* e a *História Cultural*³ - cada um com suas particularidades, mas que esboçam continuidades existentes. Tais correntes inovaram o conceito de documento, promovendo revisões na forma da escrita da história e, mais do que isso, transformou o livro de história em mercadoria mais acessível, exigindo-se do historiador atenção e cuidado na elaboração do texto e capacidade estilística. Segundo Tétart (200, p.122-123), a principal característica na Nova História cultural, inscrita no âmago dos *Annales*, é a sua dimensão dinâmica e diversa, em que não recusa – ou quase – nenhum assunto e se inspira tanto nos quadros analíticos da linguística, como da etnologia ou da psicanálise.

Ao se falar em mudanças epistemológicas dentro dos movimentos da História Cultural, significa aproximar-se a um conceito central que irá reger a postura do historiador desse campo: a ideia de *representação*. De forma geral, a História Cultural vai atribuir o estudo das formas de representação do mundo no seio de grupos humanos. Esta ideia é chave para a

³ Segundo Chartier (2006), a nova história cultural propõe um modo inédito de compreender as relações entre as formas simbólicas e o mundo social. A uma abordagem clássica, ligada à localização objetiva das divisões e das diferenças sociais, ela opõe a sua construção a partir das práticas sem discurso e das lutas de representações. Em seguida, a nova história cultural encontra modelos de inteligibilidade em vizinhos que até aí os historiadores tinham freqüentado pouco: como antropólogo e críticos literários. Sucederam-se assim novas proximidades que obrigam os historiadores a ler de maneira menos diretamente documental os textos ou as imagens e a compreender nos seus significados simbólicos os comportamentos individuais ou ritos coletivos.

ampliação do diálogo entre diversas disciplinas, redimensionando as relações entre história e literatura. A literatura assume um novo papel dentro da disciplina da História, como de significativa fonte de análise das diferentes visões de mundo que o homem apresentou em cada tempo e espaço.

O conceito de representação já havia sido abordado no início do século XX, a partir dos estudos de Émile Durkheim. Para este sociólogo, este conceito é entendido como categoria de pensamento que através da qual determinada sociedade constrói e expressa sua realidade; é, portanto, um conceito socialmente construído e que se impõe independentemente da vontade individual. Toda ação social é deduzida a partir de um sistema objetivo de representações que se encontra fora do alcance do ator social. Este conceito é retomado durante a década de 1980, principalmente com as teorias de Roger Chartier (1990, p. 21). Para ele,

[...] o conceito de representação é a de variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe [...] a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

O movimento da História Cultural, por sua vez, deixou de perceber apenas os padrões cultos e eruditos, voltando-se para as manifestações populares, para os ritos e símbolos, vistos como expressões legítimas de uma dada consciência das sociedades humanas. As representações, além disso, são percebidas como extremamente significativas, já que é a partir delas que as sociedades observam a realidade e definem a sua existência. O conceito de *representação* se tornou vital para os estudos da cultura. Sobre esta afirmação a historiadora Pesavento reconhece que a incorporação deste conceito assinalou uma reviravolta na forma dos historiadores perceberem o passado. Este conceito redimensionou tanto o modo de pensar o pretérito, sob forma de fontes, quanto à própria escrita da história. As representações, assim, passaram a ser percebidas como “a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (PESAVENTO, 2008a, p. 12). Numa visão mais ideológica, Chartier (1990. p.17) ainda afirma:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam. [...] As percepções da realidade não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Dessa maneira, como fica evidente, a História Cultural, embora tenha como foco a pesquisa em relação à cultura, de forma alguma deixa de contar com uma abordagem social - muito pelo contrário, uma vez que esse movimento historiográfico consiste em localizar os

pontos de afrontamento entre práticas culturais. Tal teoria, mais acentuadamente objetiva, busca integrar não só a representação que os agentes históricos têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo (BOURDIEU, 2010). É nesse sentido que, por meio da representação, alguns grupos impõem a sua visão de mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, isto é, a visão de sua identidade social. Segundo Chartier (2006, p. 40), a nova história cultural formulou uma nova visão referente às relações de forças simbólicas, como a história da aceitação ou da rejeição pelos dominados das representações que visam assegurar e perpetuar à sua sujeição.

Chartier, ademais, analisa o conceito a partir da articulação entre pensamento e sociedade, retomando a definição de *mentalidades*⁴ de Le Goff, citando a frase deste autor, “A mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo” e completa:

É assim constituído como objeto histórico fundamental algo que é exatamente o contrário do objeto da história intelectual clássica: à ideia, construção consciente de um espírito individual, opõe-se, passo a passo, a mentalidade sempre coletiva que rege as representações e juízos dos sujeitos sociais, sem que estes o saibam. A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, próxima da dos sociólogos da tradição durkheimiana, pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados sobre o modo do individual, são de fato os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe [...] um sistema de representações (1990, p. 41).

Evidencia-se, portanto, que as lutas simbólicas relacionam-se mais ao “inconsciente de classe” do que a uma “consciência de classe” no sentido marxista, pois as relações de poder operam, no campo simbólico, de modo que alguns agentes históricos tenham sua posição social ocupada e assegurada em detrimento de outros através da representação. Nesse sentido, tanto o texto histórico como o literário tem o poder de determinar, delimitar ou definir sentidos no presente, pois, ao reconstruir o passado, podem ajustá-lo às exigências de um grupo ou transformá-lo. Assim,

o conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (BOURDIEU, 2010, p. 142).

A interiorização, pelos sujeitos, dos valores, normas e princípios sociais pode assegurar, portanto, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. Assim, Bourdieu propõe uma teoria da prática na qual as ações

⁴ Segundo Falcon (2000, p. 42), “Quando se lê, em certos textos da história e ciências sociais, o termo representação (ou seu plural), tem-se a impressão de que ele se situa no centro de uma constelação de noções ou conceitos muito variados, como *imaginário(s)*. Geralmente descritos em termos de *representações sociais*, tais conceitos ora se apresentam como outros tantos nomes aplicados às *representações sociais*, ora como se constituíssem diferentes partes de um todo (*representações*).” Acrescenta-se, portanto, a essa gama de conceitos ligados ao conceito de *representação*, o conceito de *mentalidade(s)*.

sociais são concretamente realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global. Dessa forma, a identidade social é assegurada mediante o trabalho de representação que operam continuamente para cristalizar uma visão de mundo da classe dominante.

Uma das formas possíveis de análise das representações é por meio da Literatura. Nesse momento atual da historiografia, a relação entre História e Literatura ganha um novo vigor. Incluída nesse grande contexto de transformações teóricas, onde se buscam novos paradigmas de análise da realidade histórica, a aproximação entre História e Literatura amplia novos paradigmas interpretativos. Nesse sentido, os discursos literários, ao resgatarem temas históricos, operam seletivamente, assegurando um novo olhar sobre os fatos, reinterpretando-os. Consequentemente, “a memória social criada a partir do discurso literário se constitui numa representação que se socializa e que tem um conteúdo pragmático e socializador” (PESAVENTO, 1998, p. 13). Tanto a literatura como a história, portanto, contribuem para a construção de uma identidade social e individual. Ambas traduzem uma sensibilidade na apreensão da realidade e operam oferecendo leituras diversas. Nesta medida, “as duas narrativas têm igualmente por efeito socializar os indivíduos, criando as condições simbólicas de coesão social” (PESAVENTO, 1998, p. 14).

O texto literário como fonte para a História

Tanto a escrita histórica como a literária compartilham um ambicioso projeto de apreender as realidades humanas, evidenciando a força das representações do passado propostas por esses dois diferentes discursos. Nesse sentido, pode-se verificar que a aproximação entre história e literatura já tem um percurso respeitável, de modo que muitos historiadores reconhecem no texto literário a possibilidade de se trabalhar com discursos que, em grau variado, revelam o campo de produção simbólica⁵ de uma época (. Assim, afirmar hoje que a literatura é fonte histórica já não provoca qualquer polêmica. Nas últimas décadas, os textos literários passaram a formar parte do repertório dos materiais que possibilitam múltiplas leituras devido à sua riqueza de significados para a compreensão do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos agentes no tempo (FERREIRA, 2009, p. 61).

Nessa perspectiva, os estudos na disciplina da História, através dos textos literários, estão assentados na ideia da literatura como um campo privilegiado para a investigação histórica, vista como valiosa fonte de análise, na medida em que possibilita um melhor entendimento relativo às representações construídas numa dada sociedade. É importante destacar a literatura como testemunho ou documento histórico, no sentido de valorizar a

⁵ Segundo Bourdieu (2010, p. 8), “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”

riqueza do texto ficcional como fonte que, de forma indireta, fala do mundo, através de uma linguagem metafórica e alegórica. O conteúdo narrativo do texto literário, por conseguinte, é expressão de formas de pensar e agir, dotado de credibilidade e significância.

O historiador Jacques Le Goff, ao definir alguns conceitos da *história das mentalidades*, enfatiza a importância da utilização das fontes literárias, pois afirma que é nas profundezas do cotidiano que se capta o estilo de uma época e, portanto, tais documentos são fontes privilegiadas quando consideradas como história da representação dos fenômenos objetivos (LE GOFF, 1996). A literatura, por sua vez, é compreendida como uma representação de uma época que comporta, através das descrições dos personagens, dos diálogos, das ações, as imagens sensíveis do mundo. Segundo Pesavento (2006), “o texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através dos fatos criados pela ficção”. Neste contexto, as narrativas históricas e literárias se apresentam como caminhos diferentes, mas convergentes, para a construção da identidade pessoal e social, por serem práticas discursivas significativas que atuam como métodos e fins diversos.

Assim, a compreensão de que a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural tem permitido ao historiador assumi-la como fonte de pesquisa. Portanto, toda ficção está sempre enraizada na sociedade, uma vez que é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando através de diferentes signos linguísticos. Assim, Mendonça (2003, p. 7) argumenta que a partir da análise de obras como de Machado de Assis ou José de Alencar a obra literária se concretiza como uma evidência histórica objetivamente determinada, situada dentro de um processo histórico, e deve ser adequadamente interrogada a partir de suas propriedades específicas. Para Pesavento (1998, p. 12-13), a história, tal como a literatura, constrói seu discurso pelos caminhos do imaginário. No caso da história, o passado é reconstruído e os fatos são selecionados; no entanto, se trata de uma produção “autorizada”, circunscrita pelos dados da passividade (as fontes) e pelos critérios de cientificidade do método. Já na narrativa literária o componente de liberdade é mais amplo, e as fontes não tem a mesma importância.

Desse modo, o universo da literatura, tal como o da história, também constitui uma socialização de valores, memórias e discursos. Portanto, pode-se aferir que o papel do historiador e do escritor relacionam-se com a reconstrução da memória. Cultura e representações não podem estar distantes do conceito de memória, pois “assim como a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido” (PESAVENTO, 2008a, p. 15). A memória, como afirma Nora, tem a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Sobre esse tema, o historiador Jacques Le Goff (1996, p. 425) problematiza a importância da memória que tem como suporte a escrita: “a utilização de

uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas”.

Nesse sentido, a literatura, apesar de não ter uma preocupação explícita em relação à memória, de certa forma tem esse papel de suporte, pois as construções literárias constituem formas privilegiadas de se apreender aspectos da memória coletiva. Os *silêncios* ou as revelações nos textos literários são fontes de extrema relevância para se compreender os mecanismos de perpetuação ou transformação das representações de uma dada sociedade. Os discursos, assim, não somente qualificam o mundo, mas também orientam o olhar e a percepção sobre a realidade.

As fontes literárias, pois, tem a potencialidade de informar, em muitos casos, mais a respeito dos modos de pensamento de um grupo social do que os próprios textos históricos. Em verdade, a escrita literária visa, segundo a definição de Roland Barthes, a criar o “efeito da realidade”, de modo que, muitas vezes, constrói representações do passado mais vivazes do que os próprios textos históricos. “Seremos nós, enfim, mais sensíveis aos componentes simbólicos?” (NORA, 1993, p. 26).

História e ficção: narrativa literária e narrativa histórica

O estudo interdisciplinar entre história e literatura, advindo das mudanças de novos padrões culturais no contexto da pós-modernidade, estimula o surgimento de um processo de interpenetrabilidade dos discursos literários e históricos. Dessa maneira, a aproximação de diálogos em esferas distintas possibilita uma discussão importante relativa à mobilidade fronteira entre história e literatura. Nesta abordagem reflexiva, é adequado esclarecer a aproximação entre estas duas áreas, com vistas a determinar os diálogos que se estabelecem entre narrativa histórica e narrativa literária.

A crença que a narrativa literária e a histórica possuem uma relação fronteira já tem uma trajetória antiga, como esta que aparece no *Journal* dos Goncourt, em 1862 (In COMPAGNON, 2010, p. 220): “A história é um romance que foi; o romance é a história que poderia ter sido”. Essa crença do século XIX lembra paradoxos ainda mais antigos, como os da tradição clássica. Aristóteles observa, por exemplo, que a separação do ofício do historiador e do poeta residia na natureza do conteúdo – o poeta deveria representar o que poderia acontecer, enquanto ao historiador competia narrar o que efetivamente aconteceu. Essa ideia é vinculada ao conceito de representação do real (ou imitação), regulados pelo conceito de *mimese*⁶. Para esse pensador, a verossimilhança é um atributo necessário ao trabalho artístico, já que o texto deve ter coerência e parença com a realidade. Na estética

⁶ “A *mimese* seria a representação de ações humanas pela linguagem [...] e o que lhe interessa é o arranjo narrativo dos fatos em história” (COMPAGNON, 2010, p. 102).

clássica, portanto, a categoria do “verossímil” assegurava o parentesco entre o relato histórico e as histórias fingidas.

No entanto, o conceito de *mimese* foi questionado pela teoria literária, já que esta trabalha com a visão autônoma da literatura em relação à realidade, isto é, ao referente; assim, a própria noção de realidade torna-se uma convenção, na medida em que a realidade é entendida como sendo construída a partir de recursos simbólicos⁷. Dessa maneira, os textos ficcionais não operam a partir de um referente, mas, sim, da verossimilhança. Segundo afirma Roger Chartier (2006, p. 29-43), a “realidade” não é uma referência objetiva, exterior ao discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem.

Nessa perspectiva, tal reflexão opera também num sentido de constante esforço de modificação no exercício e domínio da história, com vistas a colocar em evidência a problematização do próprio fazer histórico. Para tanto, é necessário compreender que a subjetividade é parte integrante na reconstrução de um passado, feito através da escrita histórica, de modo que o historiador tem um discurso que emerge de um contexto social e suas representações são construídas a partir da sociedade em que vive. Apesar de a história preservar a ambição de constituir um conhecimento científico, é dependente dos arquivos históricos, dos métodos de pesquisa, da escrita e dos critérios de cientificidade aplicados a estes. Trata-se, pois, sempre de um conhecimento construído, produzido no âmbito do discurso e, portanto, é parcial e relativo. A prática de narração histórica, dessa maneira, é em si um instrumento de construção da própria realidade.

Assim, enquanto a ciência moderna expulsou o sujeito empírico e valorizou somente o sujeito epistêmico, as condições do conhecimento e o objeto do conhecimento ficaram separados. A historiografia, hoje, não pode ser pensada somente em termos de uma oposição ou adequação entre um sujeito e um objeto: o sujeito conhecedor relaciona-se com o objeto a ser conhecido e reconhece suas limitações e envoltórios (CERTEAU, 2010). É preciso considerar, por conseguinte, que não existe conhecimento que não seja socialmente adquirido. O ato que gera conhecimento se funda num contexto bastante complexo, que relaciona tanto a linguagem como o conhecimento, a memória e o pensamento. Para Pesavento (2006), as estratégias discursivas utilizadas pelos historiadores se aproximam das dos escritores de ficção, através da escolha, seleções, organização de tramas, decifração de enredo, uso e escolha de palavras e conceitos.

A modalidade de “verdade” ou “real”, dessa maneira, passa a ser questionada em relação ao “fazer histórico”, partindo-se do pressuposto de que o real é construído a partir de um olhar enquanto significado. “A rigor, o ‘fato’ preexiste à construção da narrativa histórica,

⁷ Segundo Bourdieu (2010), uma das formas elementares de poder político consiste no poder quase mágico de *nomear* e de fazer existir pela virtude da nomeação. Assim, os poetas e escritores têm uma função de explicitação e de produção simbólica. A efetivação dos acontecimentos e sua fixação na memória dá-se, portanto, mediante à nomeação, isto é, entre linguagem e acontecimento há uma relação essencial.

sob a forma de representação já criada, que opera como ‘matéria-prima’ para o historiador, o qual visa, por sua vez, construir a sua versão” (PESAVENTO, 1998, p. 11). É, portanto, adequado relativizar a objetividade acerca da produção da história, pois, ao se utilizar do mecanismo de operação historiográfica, como a de *interpretação*⁸ dos fatos históricos, o historiador imprime a sua subjetividade frente ao texto histórico: o historiador, portanto, tem uma atividade criadora. Para Compagnon (2010, p. 219),

A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico. Sem consciência desse engajamento, a história é somente uma projeção ideológica.

De fato, o discurso histórico é uma manifestação na perspectiva de uma pessoa, sempre contingente em relação às suas ideologias e às influências do presente histórico. Desse modo, não há história no singular, mas “histórias”. Cada historiador constrói uma possível história a partir de diferentes representações, o que lhe confere uma função política eminente. Mais que isso, o historiador é “um mago que evoca o pretérito”, segundo Thomas Mann, pois é através do seu ofício que a memória coletiva é criada e recriada. “Entre a distância do fato e o mundo do leitor, interpõe-se a fala do historiador, que ‘salva’ o passado para o presente” (PESAVENTO, 1998, p. 13).

Os textos históricos, por sua vez, assim como os textos de ficção, criam uma dependência relativa à recepção e às interpretações dos seus leitores, embora seja claro que a leitura do texto histórico tem certo fechamento às livres interpretações, diferentemente do texto literário. Tal concepção, que tem origem nas teorias da estética da recepção, tem sido retomada e compartilhada por críticos que refletem sobre a narrativa histórica. Nesse sentido, a ação do leitor tem uma importância fundamental, pois, ao interagir com o texto, atualiza-o, conferindo-lhe um significado presente (BAUMGARTEN, 1993).

Dentro dessa perspectiva, a identificação do discurso histórico e da narrativa, típica da história pós-moderna⁹, é importante na medida em que reforça a separação entre discurso e realidade. O discurso histórico situa-se em constante tensão entre identidade narrativa e ambição de verdade. A narração, para Ginzburg, não é algo sobreposto à história, mas a *mediação* indispensável que torna possível a obra histórica, pois a narração é guardiã do

⁸ “‘Interpretation’ is here taken to mean the task of making a historical account appear meaningful (significant, important) to an audience in the present – to an identity or subjectivity, that the author intends to be affected by the account (on ‘interpretation’ in this sense, see Megill). Historians “interpret”, that is, they attempt to connect their statements about the past to a present subjectivity, just as we expect literary artists to do” (MEGUILL, 1999).

⁹ Segundo Malerba (2000), entenda-se, *grosso modo*, aquelas concepções que afirmam a impossibilidade de acesso ao conhecimento da História, ou, em sua própria formulação, a inexistência de ou a impossibilidade de acesso a qualquer referente extra-discursivo no texto de história. Ainda, para Hutcheon (1991), a escrita pós-moderna da história e da literatura ensina que a ficção e a história são discursos constituintes de sistemas de significação através dos quais se dá sentido ao passado. Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses acontecimentos passados em fatos históricos presentes, o que não é um refúgio para escapar à verdade, mas um reconhecimento da produção de sentido dos construtos humanos.

tempo, à medida em que não haveria um tempo pensado que não fosse narrado (FALCON, 2000).

Paul Ricoeur, por outro lado, não admite a indistinção entre história e ficção, pois, malgrado sua proximidade, subsiste um corte epistemológico, o qual se fundamenta na veracidade¹⁰, próprio ao contrato do historiador em relação ao passado. A questão do equilíbrio, segundo a expressão de Ricoeur, entre “compreensão narrativa” e “ambição científica” está no centro da interrogação epistemológica atual. Para Ginzburg (2002, p. 25), reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles. Por isso, “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível”.

É nesse sentido que o saber histórico, apesar de suas limitações, diferentemente do literário, busca ser, de forma objetiva, um discurso com vistas à veracidade, através da pesquisa documental. As fontes históricas, apesar de serem vestígios do passado e testemunhos de uma realidade inexistente, recuperam significados, possibilitando a reconstrução da história com o olhar do presente. Em esse sentido argumenta Ginzburg (2002) em favor da significação das evidências documentais disponíveis: as fontes são, na realidade, formas de conhecimento indireto. Segundo La Capra (2000, p. 69),

o problema enfrentado pelos historiadores é o da articulação das relações entre a exigência de competência científica e as demandas [...] situadas no uso da linguagem, devidas à difícil tentativa de trabalhar, mediante relações de transferência, um diálogo com o passado que tem implicações no presente e no futuro.

A história, portanto, é uma ciência em permanente construção. O homem faz e escreve a história, dando, através desta conjugação, um caráter eminentemente criador ao ato narrativo. Verifica-se que o discurso narrativo se estabelece como marca tanto na escrita ficcional quanto na historiografia contemporânea, apesar das reservas e polêmicas entre os historiadores quanto a sua essencialidade no campo da história. Literatura e História, portanto, são duas disciplinas que compartilham diversas características, embora suas particularidades as coloquem em espaços diferentes no campo de conhecimento. Esta aproximação que os teóricos pós-modernos vêm articulando colabora para o entendimento e o debate sobre o fazer histórico e o caráter científico da disciplina. Esta imersão reflexiva no estudo da cultura possibilita a ampliação do campo de interrogações e da construção do fazer histórico, rompendo com certas tradições canônicas no campo das ciências sociais.

¹⁰ Distingue-se verdade de veracidade considerando-se que, enquanto a primeira é a própria realidade da coisa, ou a correspondência da coisa com o intelecto, ou do enunciado com aquilo de que se fala, a segunda é uma espécie de correspondência do que se diz com quem o diz. Por isso, enquanto o contrário da verdade ou dos diversos tipos de verdade, é o erro, o contrário da veracidade é a mentira ou o engano. Documento acessível em <<http://ocanto.esensiveu.net/lexv.htm>>. Acesso em dia 02 set. 2010.

Bibliografia

- BAUMGARTEN, C.A. Literatura e História: o entrecruzamento de discursos. In: ALVES, F.N. e TORRES, L.H. (orgs.). *Pensara revolução federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CHARTIER, R. *A História Cultural – entre prática e representações*: Rio de Janeiro, Memória e Sociedade, 1990.
- _____. “Nova” História Cultural existe?. In: LOPES, Antonio Herculeano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- COMPAGNON, A. *O demônio da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FALCON, F. J. C. História e Representações. In: CARDOSO, C. e MALERBA, J. (Org.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Papirus: Campinas, 2010.
- FERREIRA, A. C. A fonte fecunda. In: PINSKY, C. B. e LUCA, T. R.(org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HERINGER, N. *A polifonia do olhar*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Letras) – PUCRS, Inst. de Letras e Artes, 2007.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LA CAPRA, D. Representing the holocaust: Reflections on the historian’s debate. In: CARDOSO, C. e MALERBA, J. (Org.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: Conexões entre Elias e Bourdieu. In: Cardoso, C. F. e _____. (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, p. 214-220, 2000.
- MEGUILL, A. Literature and History, Encyclopedia of Historians and Historical Writing ed. Kelly Boyd 2 vols. London: Fitzroy Dearborn. p. 725-28, 1999.
- MENDONÇA, C.V. Os desafios teóricos da história e da literatura. In: *Revista História Hoje*. São Paulo, n.2, 2003.
- MEIHY, J.C. O historiador como leitor; O leitor como historiador ou Garcia Locar e Luis Carlos Prestes: A circunstância entre a História e a Literatura. In: AGUIAR, F. e VASCONCELOS, S.G. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, 1993.
- PESAVENTO, S. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____. SANTOS, N. e ROSSINI, M. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco, p.11-18, 2008.
- _____. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: _____ e LEENHARDT, J. (orgs.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. 2010. *História & Literatura: uma velha-nova história*, Nuevo Mundo Mundos [Em linha] Nuevos, Debates, 2006. Documento disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>>. Acesso em 25 ago. 2010.

TÉTART, P. *Pequena História dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000.